

Relatório Final da Comissão Especial Mista destinada a reavaliar o "Projeto Calha Norte"

I - INTRODUÇÃO

O Projeto Calha Norte tem sua origem na Exposição de Motivos nr. 018/85, elaborada pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República. Essa EM sugere, em atendimento a resolução do então Presidente José Sarney, que determina estudos no sentido de buscar alternativas para se minimizar desigualdades regionais, a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial destinado a subsidiar a ação governamental na “região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas”, que proporcione meios para a superação das “grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento”, promovendo a sua “efetiva integração no contexto nacional”. Esse Grupo de Trabalho Interministerial teria, então, a incumbência de apresentar medidas que atendessem às carências mais sérias da área, além de garantir a soberania e integridade territorial naquela região. Esse GTI, coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), e integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério do Interior (MINTER) e da SG/CSN, contou com a efetiva participação do Ministério da Fazenda e dos Ministérios Militares na promulgação das ações propostas.

Em seu relatório final, datado de dezembro/85, o Grupo de Trabalho apresenta as suas conclusões em um extenso documento contendo programação operacional e financeira para o quinquênio 1986/1990. O Trabalho é intitulado “Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas”, e tem como subtítulo “Projeto Calha Norte”.

Embora esse relatório tenha sido aprovado pela Presidência da República por meio da EM-770, em 19/12/85, as razões que motivaram e embasaram a confecção da EM-018, indicadas no Estudo nr. 010 da 3ª. Seção da SG/CSN, datado de 31.05.85, só se tornaram acessíveis e conhecidas em outubro de 1987 através de sua remessa ao Congresso Nacional, para juntar-se à documentação a ser consultada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as acusações feitas ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) pelo jornal **O Estado de São Paulo**.

A primeira característica do Projeto Calha Norte foi, portanto, a sua condição de assunto sigiloso, elaborado por um grupo reduzido e sem o conhecimento e participação de outros integrantes dos Poderes Públicos, evocando-se a “precariedade da ocupação pelo Brasil daquela região de fronteira” e objetivando resolver os problemas ali existentes (segurança dos limites, contrabando, narcotráfico e proximidade de áreas com guerrilhas). O Congresso Nacional não foi chamado a opinar nem informado da matéria, que só lhe chegou ao conhecimento oficialmente em outubro/87, quase dois anos após a sua aprovação e início. A opinião pública só tomou conhecimento da existência do Projeto 15 meses após a EM-018 e transcorrido quase um ano de sua implementação, através de denúncias e críticas formuladas por integrantes do Conselho Indigenista Missionário em outubro/86, que acusavam o PCN de acarretar graves prejuízos (e talvez até o extermínio) dos grupos indígenas da região.

Observa-se, em seguida, que o PCN não possui a estrutura rígida e sistemática de um programa ou de um plano, nem institui um grupo ou unidade que atue de modo permanente na sua elaboração ou execução. Trata-se da formulação de um conjunto coerente de orientações e metas com as quais devem vir a compatibilizar-se todas as iniciativas governamentais voltadas para aquela região. Contrastando com o modelo de outras intervenções governamentais, o PCN não tem um foro definido para as suas tomadas de decisão, tornando-se, assim, de difícil visualização, para a qual inexistente um agente claramente responsabilizado, que sirva como um possível interlocutor para as forças sociais afetadas por suas intenções e decisões. Quem decide em última instância, é o Presidente da República, e é com todo o peso de sua autoridade, de uma maneira direta, compulsória e exclusiva que vêm canceladas todas as medidas a serem executadas.

Uma terceira característica do Calha Norte é ser um projeto de impacto, isto é, que concentra a maioria dos seus investimentos em uma fase inicial, posteriormente havendo uma grande redução prevista de gastos, que ficam em nível de simples manutenção. Nos dois primeiros anos de existência, o PCN aplicou 75,3% do seu montante total de verba, cumprindo as obras básicas de infra-estrutura (construção e ampliação de quartéis, aeroportos e bases navais), promovendo o reequipamento das instalações militares e a aquisição de barcos para transporte. Do montante de recursos estimados para o PCN, que correspondiam a 628.892 milhões de cruzados a preços de outubro/85, a distribuição anual indicava para 1986 o percentual de 35,1%, os investimentos aumentando em 1987 para 40,2%. Declinam fortemente a partir daí, apresentando-se em 1988 na ordem de 12,4%, em 1989 como de 6% e em 1990 sendo de 6,3%. De 1991 em diante o aporte de recursos reduz-se drasticamente (em torno de 3,5% do previsto) não

sendo suficientes sequer para manter as unidades e equipamentos inicialmente instalados, ocorrendo, em conseqüência, o seu inevitável sucateamento.

Essa fase em que a natureza de sua previsão orçamentária convergia nitidamente para finalidades militares, coincidiu com um período em que, devido ao seu caráter de confidencialidade e ao escasso grau de visibilidade que possuía, o Projeto era ou quase inteiramente ignorado, ou debatido ainda com muito poucos dados disponíveis. Hoje em dia, procurando estirpar o estigma de projeto militar, o PCN passou a concentrar-se na luta contra o narcotráfico, envidando esforços no combate à guerrilha somente nos casos em que se comprovar o seu envolvimento direto com o tráfico de drogas, prevê também, em sua nova concepção, o incremento da assistência e proteção às comunidades indígenas, além de ajuda na demarcação de suas terras.

Diante dessa realidade e ciente da importância do Calha Norte para a Região Amazônica, e como profunda conhecedora de suas nuances, na condição de representante do Estado de Roraima, e também por já ter participado de uma comissão anteriormente constituída para a análise das questões abrangidas pelo Programa, essa relatora achou por bem apresentar requerimento ao Congresso Nacional objetivando a criação de uma Comissão Especial Mista destinada a ***“REAVALIAR O PROJETO CALHA NORTE, VISANDO SEU REVIGORAMENTO NO SENTIDO DA INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO SETENTRIONAL BRASILEIRA AOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DAS DEMAIS REGIÕES, PROPOR NOVAS DIRETRIZES AO PROJETO QUE DEFINAM UMA POLÍTICA DE OCUPAÇÃO RACIONAL DA REGIÃO AMAZÔNICA, BEM COMO VISTORIAN E APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE AS DEMARCAÇÕES DAS ÁREAS INDÍGENAS LOCALIZADAS NO NORTE DO PAÍS”***.

O requerimento, que recebeu o nr. 06/95-CN foi encaminhado e prontamente acolhido e aprovado pelos ilustres membros do Congresso Nacional, constituindo-se de imediato a pretendida Comissão.

II - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Com o objetivo de melhor conhecer e avaliar a realidade do Projeto Calha Norte, dez anos após sua implantação, instalou-se, em **23.05.95** a Comissão Especial Mista do Congresso Nacional, tendo sido eleitos para a condução dos trabalhos os seguintes membros: **Presidente:**

Deputado Vic Pires Franco, **Vice-Presidente:** Deputado Antonio Feijão e como **Relatora:** Senadora Marluce Pinto. A Comissão teve algumas alternâncias de participação de parlamentares, tendo sido substituído na Vice-Presidência o Deputado Antônio Feijão pelo Senador Romeu Tuma, em agosto/96, chegando ao seu término com a seguinte composição: **Senadores:** Gilberto Miranda, Gilvan Borges, Flaviano Melo; Nabor Júnior, Coutinho Jorge; Odacir Soares, José Bianco, Edison Lobão, João Rocha, Carlos Patrocínio, Jefferson Peres, Lúdio Coelho, João França, Marina Silva e Ernandes Amorim. **Deputados:** Hilário Coimbra, Átila Lins, Salomão Cruz, Sérgio Barcellos, Elcione Barbalho, Luiz Fernando, Confucio Moura, Antônio Feijão, Sebastião Madeira, Jair Bolsonaro, Carlos Aírton, Ana Júlia, Gilney Viana, Silvernane Santos, Carlos Camurça, Giovanni Queiroz e Elton Ronhelt.

Foram realizadas no período, um total de cinco reuniões em virtude da exigüidade de tempo e em razão de deliberações sobre outros temas de relevância nacional, incluindo-se aí as questões polêmicas envolvendo o Projeto **SIVAM/SIPAM**, que, em sua essência, insere-se perfeitamente nas propostas do Calha Norte.

As reuniões tiveram a ativa participação de parlamentares membros, que pronunciaram-se, tecendo considerações sobre suas experiências e conhecimento desse Programa, dando importante testemunho de sua relevância para a realidade Amazônica no contexto nacional. Vamos, entretanto, devido ao grande volume de material colhido, ater-nos apenas às exposições das autoridades não parlamentares que proferiram palestras no plenário da Comissão, referindo-nos a elas aqui, apenas resumidamente.

Dentre as atividades desenvolvidas, deliberou-se convidar a manifestar-se sobre o Projeto o General Carlos Roberto Figueiredo Uchoa de Moura, os representantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas e Coronel Rui Alves Catão, Ministro Ronaldo Mota Sandenberg e o Ministro da Justiça Nelson Jobim.

As conferências abordaram fundamentalmente a apresentação do que é o Projeto Calha Norte, procurando-se delinear o que deve ser feito para o fortalecimento do Programa para abranger não só as áreas inicialmente envolvidas, mas sim toda a Região Amazônica bem como os aspectos referentes à descrição dos problemas enfrentados pela Região, em contraste com os poucos recursos que se têm ultimamente destinado à execução das ações previstas.

Nos depoimentos preparatórios realizados perante a Comissão, foram enfocados os principais óbices ao melhor desempenho do projeto. Foi especialmente enfocada a decrescente alocação de recursos, aliada a forma irregular com que se tem autorizado a liberação de verbas.

É importante ressaltar que os Orçamentos da União têm contemplado o Programa com recursos sempre muito inferiores aos considerados ideais. Os projetos e atividades têm sido desenvolvidos com dotações que variam entre 7% a 9% daquilo que foi originalmente solicitado.

No exercício 1994/95, por exemplo, dos R\$ 179.566.600,00 (cento e setenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais) solicitados e indicados como ideal, o orçamento aprovou e destinou apenas R\$ 6.439.560,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais) (3,58%). Desse total foram liberados em 1º de março de 1995 tão somente R\$ 1.117.604,00 (um milhão, cento e dezessete mil e seiscentos e quatro reais), relativos a despesas correntes, sem que houvesse qualquer liberação para investimento.

Foi demonstrado também que a escassez e irregularidade do fluxo de recursos têm acarretado atrasos sucessivos na condução do Programa, com o conseqüente incremento no custo final, decorrente da despesa com manutenção dos investimentos já realizados.

Exemplo concreto dessa situação verifica-se na implantação da ligação rodoviária entre São Gabriel da Cachoeira e Maturacá, cujos recursos, insuficientes para o prosseguimento da obra, são totalmente consumidos na manutenção do pequeno trecho implantado. Essa situação, como se apresenta, acarreta o desgaste inútil de recursos, material e pessoal. O aporte ideal de recursos seria da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) anuais, para a execução de 12 (doze) quilômetros em média, para que se finalizasse a obra em cinco anos.

Outros projetos e atividades de grande alcance social, como os desenvolvidos nas áreas de saneamento básico, educação e saúde, têm também tido suas metas comprometidas pela escassez de recursos.

Quanto às dificuldades para que os Órgãos do Governo tenham efetivamente estado presentes, foram elencadas as seguintes situações: o imenso espaço geográfico considerado, coberto por densa floresta; a população pequena e rarefeita; a problemática indígena; a presença de garimpeiros e narcotraficantes; as grandes distâncias entre os marcos fronteiriços; os interesses e ações de grupos internacionais sob diversos

pretextos; e dificuldades dos países limítrofes em também projetarem suas presenças.

Das exposições pode-se também inferir o seguinte: dos distintos planejamentos governamentais desde o início do Programa, em 1985, a despeito do cenário econômico desfavorável, o Programa Calha Norte tem se desenvolvido sem solução de continuidade, buscando atender às necessidades de integração e desenvolvimento da área objeto de sua ação. Logo, seria desafio comum, do Congresso Nacional e do Poder Executivo, proporcionar às populações do extremo norte a possibilidade de renovar as perspectivas com o revigoramento da atuação do Estado. Seria ainda preciso que os meios de que o mesmo venha a dispor, doravante, sejam compatíveis com as imensas responsabilidades daqueles que, com sacrifício, o estão executando para a consecução dos inestimáveis benefícios que advirão para as comunidades locais e para todo o Brasil.

Também é importante, nesse passo, relevar os objetivos que o Programa Calha Norte possuiu desde sua criação, fruto de reiterados estudos feitos pelas autoridades civis e militares que sempre tiveram responsabilidades em relação à sensível região da Amazônia brasileira. Foram caracterizadas as seguintes necessidades básicas, que a seu turno foram determinantes dos objetivos assim especificados: aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento sustentável da região; ampliação das relações com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças; expansão da infra-estrutura viária, sempre no sentido de complementar a vocação natural da região, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional; fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de justiça, polícia federal, receita federal e previdência social, como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da presença insuficiente do Estado, em função das distâncias e do isolamento; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira, pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes e promoção de assistência e proteção às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras.

Conseqüente a este elenco de objetivos tão significativo, seja pela própria dimensão, seja pela natureza das atividades que deveriam ser desenvolvidas, e considerando a dificuldade para reunir meios que permitissem a solução dos problemas levantados, a curto ou médio prazo, o Programa Calha Norte foi estruturado segundo atividades diversas, através de

um gradualismo, em que a determinação das prioridades não foi exaustivamente definida.

Na seqüência de seus trabalhos, a Comissão Especial realizou viagem aos estados de Roraima e Amazonas, no sentido de verificar *in loco*, o desenrolar do Programa e constatar as vicissitudes relatadas nos depoimentos das diversas autoridades que por ali passaram, visitando uma série de locais por ele atendidos.

Partindo de Brasília, segunda-feira, dia 04 de novembro de 1996, em vôo comercial, com destino à Boa Vista, a Comitativa seguiu com a seguinte composição: Deputados Giovanni Queiroz e Jair Bolsonaro; Senadores João França, Romeu Tuma e Carlos Patrocínio; Integrantes das Forças Armadas: General Carlos Roberto F. Uchoa de Moura, Maj. Brig. Archimedes de Castro Faria, Coronel-Aviador João Santos da Silva, Coronel Antonio Luiz da Costa Burgos; Assessores Luiz Cláudio de Brito, Gilson Antonio de Barros, Gláucio Ribeiro de Pinho, Jorge Luiz Fontoura, Secretário das Comissões Mistas Francisco Naurides; Jornalista Solange Sotelo P. Calmon. Cumpre acrescentar que juntou-se ao grupo, quando da chegada deste à Boa Vista, o Deputado Salomão Cruz.

A Comitativa foi recepcionada pelo Senhor OTTOMAR PINTO, Prefeito eleito de Boa Vista e sua assessoria e, após as formalidades de praxe, foi encaminhada a hotel para pernoite.

Terça-feira - 05/11 - Visita ao Comando da 1ª. Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista, sob comando do Gen. TIBAU, que discorreu sobre a área de responsabilidade e as ações desenvolvidas pela Brigada naquela região, dando especial destaque às ações conjunta entre o Exército e a Polícia Federal, no combate ao narcotráfico e contrabando; intercâmbio nas ações de serviço social da qual participam, além do Exército Brasileiro entidades não governamentais e as missões salesianas prestando assistência médico-sanitária, religiosa e ensino fundamental de 1º. grau (inclusive transporte escolar) àquelas comunidades, mercê das infinitas dificuldades enfrentadas em razão da completa falta de infra-estrutura. O acesso às comunidades é feito basicamente por via aérea. A navegação é bastante difícil só podendo ser feita em determinadas épocas do ano e, ainda assim, em embarcações de pequeno porte, com reduzida capacidade para transporte de equipamentos, provisões e até mesmo de elementos humanos. O transporte por via terrestre praticamente inexistente. A presença de órgãos governamentais que deveriam assistir àquelas áreas é bastante irregular. Constata-se reduzida participação da Polícia Federal e Receita Federal e visitas sazonais de representantes da FUNAI, IBAMA e FNS entre outros.

Salientou o expositor, a necessidade da presença do Poder Público, o mais rápido possível, em PARI-CACHOEIRA. Essa região, em virtude da mais acentuada dificuldade de abastecimento pelo lado brasileiro, encontra-se em completo estado de abandono e tem se observado que as malocas indígenas ali existentes em grande número, estão se voltando para a Colômbia em muitos aspectos e particularmente no aspecto médico-sanitário. Elementos da Colômbia têm vacinado a nossa população indígena e constata-se a presença naquela área de médicos, dentistas e outros profissionais colombianos, já que as condições de apoio logístico é mais fácil por aquela fronteira.

Segundo o General, já foi determinado pelo Estado Maior, a partir do próximo ano, a ocupação daquela área pelo Exército, principalmente para a recuperação de unidades de saúde e escolas que encontram-se abandonadas e, mais especificamente, para o controle da presença estrangeira na região.

Encerrando a palestra, citou como exemplos de dificuldades enfrentadas pelo Exército na região, o transporte de material (cimento, madeira etc.) para recuperação e manutenção dos pavilhões para abrigo dos pelotões de fronteira ali instalados. Quando foi necessário o transporte de aproximadamente 500 sacos de cimento para recuperação dos pilaretes de sustentação daquelas unidades e de uma micro-usina que ruiu em SÃO JOAQUIM, chegou-se a cogitar a utilização dos soldados para transportar cada um, um saco de cimento, o que exigiria deles um deslocamento de aproximadamente 8 a 10 km dentro da selva com carga de quase 70 kg tornando-se, desta forma, impossível a missão. Foi necessário aguardar algum tempo, até que se conseguisse o transporte por um helicóptero da FAB.

Várias instalações que começaram a ser erigidas tiveram suas obras paralisadas em razão da total ausência de verbas e condições inóspitas de deslocamento.

Outro problema sério vivido pelos militares na região é a completa falta de moradia para oficiais e praças. Em Boa Vista são 114 sargentos sem moradia, apesar de ser mais fácil alugar uma casa lá. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, essa possibilidade inexistente.

Ao final da exposição o Comandante, franqueou a palavra aos parlamentares e militares membros da Comitiva.

Quis saber o Deputado GIOVANNI QUEIROZ, sobre a população das comunidades nas áreas ocupadas pelo exército.

A população ao longo do trecho do rio é composta de aproximadamente 70 comunidades, basicamente indígenas e alguns caboclos, mas com número abaixo de 100 pessoas em cada comunidade, sendo as maiores, incluindo indígenas, civis e militares assim distribuídas:

aproximadamente 500 pessoas em PARI-CACHOEIRA (sem a presença do exército)

aproximadamente 1.000 em IAUARETÉ (efetivo do exército e missões)

próximo de 200 em QUERARI (pelotão e indígenas da maloca Timbó)

SÃO JOAQUIM tem próximo de 100 pessoas (a maioria militares).

Totalizando algo em torno de 2000 (duas mil) pessoas ao longo da faixa de fronteira.

Usou da palavra o Senador ROMEU TUMA, que referiu-se às operações de erradicação do epadu na região de IAUARETÉ, na CABEÇA DO CACHORRO quando era por ele exercida a superintendência da Polícia Federal. Manifestou sua preocupação com o narcotráfico reivindicando maior presença governamental na Amazônia. Defendeu a presença na área, não só dos militares, mas também de elementos da sociedade civil e quis saber como está sendo feito o controle do narcotráfico na região.

O general informou que o controle é executado em operação conjunta Exército/Polícia Federal, e que está havendo uma certa tolerância para pequenas plantações (em torno de 100 pés) que as comunidades indígenas utilizam para fins medicinais ou para consumo próprio em cerimônias religiosas das tribos. A grande preocupação tem sido com as atuações da guerrilha e o narcotráfico, que no momento se restringe ao território da Colômbia. Nesse caso, as operações de reconhecimento têm se concentrado nas calhas dos rios UAUPÉS, IÇANA, TIQUIÉ, e na região do CAPARRO em CUCUÍ e MATURACÁ, com operações táticas envolvendo, no mínimo 100 homens, buscando informações acerca de elementos da Colômbia que atuam na região. Constatou-se que existem poucos

colombianos infiltrados nas comunidades locais, em sua maioria pequenos garimpeiros que não oferecem perigo imediato. Em relação à narco-guerrilha colombiana a preocupação é quanto a finalidade dos pelotões naquela área, que não são pelotões de defesa e sim de ocupação, para marcar a presença do Estado. Muitos militares convivem ali com suas famílias, portanto, existe a necessidade de aumentar a capacidade de defesa dos pelotões numa eventual investida. “Recentemente tivemos notícia de que as guerrilhas colombianas atacaram instalações militares da Colômbia e até mesmo da Venezuela. E naquela região somos vulneráveis pois não temos base de defesa”.

O Senador Carlos Patrocínio tomou da palavra e quis saber do general TIBAU a sua impressão sobre o Projeto Calha Norte. Se valeu à pena. Se é conveniente a sua continuação.

O General assegurou que, do seu ponto de vista, apesar de todas as dificuldades, valeu à pena, como continua valendo. E citou como experiência pessoal, um fato que presenciou quando da sua chegada na região há um ano e oito meses quando foi visitar pela primeira vez um pelotão de fronteira em São Gabriel e precisou pernoitar em São Joaquim. No dia seguinte visitou algumas malocas na área e deparou com escolinhas funcionando com professores indígenas e bandeiras do Brasil hasteadas. “Isso é a confirmação da presença do Brasil na fronteira. Quando se percebe a atuação de brasileiros que ali estão assegurando a soberania do País, trabalhando com a Bandeira Nacional hasteada só isso justifica a necessidade de dar alento a essas comunidades, proporcionando-lhes um mínimo de condições para sobrevivência com dignidade, o que, sem sombra de dúvidas, só se garantirá com a continuidade do Projeto Calha Norte”.

“Dos pelotões de fronteira, Cucuí já existia há algum tempo. O gen. UCHOA pode dar seu testemunho pois lá serviu como Capitão. Entre 72 e 73, era um castigo para o militar ser designado para aquela área, pois as condições de vida e de acesso eram as mais árduas possíveis. Hoje em dia, é uma área perfeitamente desenvolvida e integrada, sendo a mais antiga”.

“Antes de o Calha Norte ser implementado, foram colocados pelotões em Bonfim e Normandia e posteriormente, em UIRAMUTA, voltados para resolver problemas históricos de litígio com a Guiana. A partir da implantação do Calha Norte foram transformados em pelotões de fronteira e outros foram criados em 1985. Hoje o exército possui próximo de 20 pelotões implantados ou em fase de conclusão em toda a Região Amazônica”.

Pronunciou-se também o Deputado JAIR BOLSONARO, tecendo críticas à forma com que o governo vem tratando a questão Calha Norte, não dedicando ao projeto a importância que ele requer, e ressaltou a falta de incentivo que militares e civis têm para se instalar na região. “Urge que o governo tome alguma providência para que os pelotões militares possam vivificar a fronteira” uma vez que, no seu entender, os índios servem apenas como “massa de manobra” de organismos internacionais que ali se instalam. E destacou que, embora tramite na Câmara, projeto de sua autoria objetivando a redução da área YANOMÂMI, encontra resistência por parte de parlamentares da própria região.

O Deputado GIOVANNI QUEIROZ, citando os principais objetivos do Calha Norte: Um é a ocupação da fronteira pelo Exército, outro é o desenvolvimento integrado ou o desenvolvimento econômico daquela região, que não pode ser feito através apenas do nativo. E pergunta: O que mais o Calha Norte propõe como desenvolvimento e ocupação dessa fronteira como a garantia do espaço físico da Nação? O que mais foi projetado para que o Calha Norte pudesse atingir ou deveria ter atingido? E Justifica seu questionamento em razão do retrato apresentado pelo General TIBAU, do que já foi feito e do que representa a presença do Exército na região, como também das dificuldades que são enfrentadas, além das necessidades que tem para melhorar a situação de ocupação já existente. Ademais, o Calha Norte não se resume ao fator militar. Ele é maior no que diz respeito à integração da região, que requer a ocupação da área por brasileiros brancos. Mas como ocupar por brancos áreas essencialmente indígenas? O que se pretende fazer nesse sentido?

Em resposta, manifestou-se o General UCHOA, descrevendo a área originalmente proposta para o Projeto Calha Norte como muito grande, abrangendo desde a calha do Rio Solimões até a Região de fronteira. “Nesse caso haviam três regiões diferenciadas: a calha do Rio Solimões; a Região de Fronteira; e um “hinterland” ou seja, um grande vazio. Então, por problemas de reforço foi feita a opção de se trabalhar em cima da área de fronteira, e dentro das fronteiras, foram selecionadas determinadas regiões para a implantação de projetos integrados. Nesse caso foi escolhida a região do Amapá, na área de Clevelândia; em Roraima, com base em Boa Vista, o desenvolvimento daquela fronteira; na Cabeça do Cachorro, com base em São Gabriel da Cachoeira e no Solimões, com base em Tabatinga. Cada um desses projetos integrados consistia, não só no aumento da presença militar, mas também no aumento da oferta de serviços básicos. Tinha projetos de eletrificação rural, ensino público, fixação do homem na área e desenvolvimento econômico visando atrair brasileiros para a região. Alguns desses projetos, apesar dos percalços advindos da escassez de recursos,

encontram-se em fase adiantada de execução”. Cucuí, por exemplo, que em 1967 era uma região completamente inóspita, hoje é praticamente o centro de toda essa área do estado do Amazonas. Em Boa Vista havia uma Companhia de Fronteira e em Cucuí, um Pelotão de Fronteira, e era só o que existia na época. Hoje, os pelotões de fronteira instalados na região suprem a comunidade com energia elétrica gerada por micro usinas, mantêm profissionais médicos e odontólogos permanentemente à disposição, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira, onde existe um hospital totalmente custeado e mantido pelo Exército e com recursos do SUS, com modernos equipamentos, que atende sem problemas a toda a demanda da região e em Tabatinga, onde também existe uma unidade até melhor aparelhada. Mas ainda há muita coisa a ser feita em termos de Calha Norte”. E acrescenta que tramita na Câmara dos Deputados o orçamento do projeto Calha Norte elaborado pela SAE. “Para este ano, foram apresentadas emendas ao orçamento da União visando a mais rápida alocação de recursos para atender principalmente à necessidade imediata de asfaltamento da estrada que vai para Maturacá, uma vez que ela tem uma finalidade básica que não se restringe a apoiar o pelotão mas também, apoiar as aldeias de Ariapu e Maturacá, em que os indígenas de lá, os Yanomâmis, têm na agricultura a sua atividade principal para o atendimento de suas necessidades, levando o excedente, em condições adversas, até São Gabriel da Cachoeira para trocar por artigos básicos, e essa estrada viria a resolver também esse problema. Então é um problema da comunidade, não é um problema simplesmente do pelotão. Apesar de todas as dificuldades elencadas pelo General Tibau, se compararmos essa região com o que era quando foi criado o Calha Norte, em torno de cada pelotão desses, à medida em que os soldados vão passando para a reserva, eles vão se instalando ali com suas famílias”. (E a FUNAI admite? - interpela o Deputado Giovanni Queiroz). “No início a FUNAI contestou até a presença do Exército em Maturacá, mas isso já está superado, hoje índios e militares convivem, com raras exceções, em perfeita harmonia e isso poderemos constatar quando da visita a Surucucu, Iauareté e São Gabriel da Cachoeira”. Concluiu o General Uchoa.

Indaga o Senador Romeu Tuma sobre como se insere o projeto SIVAM/SIPAM dentro do contexto do Calha Norte.

É dada a palavra ao Brig. Archimedes, que é o responsável pela área junto à SAE.

O Brigadeiro Archimedes assevera que o Calha Norte, de uma maneira geral, tinha um orçamento em torno de R\$ 18 a 20 milhões há dez anos e hoje conta com um aporte de menos que R\$ 4 milhões

para investimentos, estando apenas parte sendo liberada agora. “Então, quanto à finalidade, embora o programa tenha sido previsto para se tornar auto-sustentável a partir de determinado tempo, não tem ainda condições de se manter sozinho com este volume de recursos. Nesse caso, terá que se apelar para os Ministérios e outros órgãos da Administração Federal e Estadual, para que assumam seus postos na Amazônia e considerem a região tão importante como Porto Alegre ou Rio de Janeiro, repassando para lá parte de suas verbas. Pretende-se que escolas, hospitais ou postos de saúde, projetos de eletrificação rural ou de implantação de redes de comunicação, dentre outros, se concentrem no Calha Norte, que os canalizaria para os 20 pelotões ou cidades, alçados pelo projeto à condição de áreas estratégicas para a ocupação da fronteira do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

“Quanto ao Projeto SIVAM, não há como desvinculá-lo do Calha Norte. Em primeiro lugar porque o SIVAM é um grande banco de dados para se conhecer a Amazônia. Então, a partir do momento em que conhecermos a Amazônia por meio da análise de dados, colhidos através de modernos aparelhos de sensoriamento remoto, e sensoriamento de satélites, saberemos exatamente o que se deve fazer, tornando-se mais fácil delinear como fazer. Em seguida vem a sinergia da ação de governo. Podemos perceber mais de mil pontos de governo na Amazônia, só que o cidadão não tem voz, por falta de telefone, entre outros aspectos. O SIVAM dará essa sinergia através da excelente rede de comunicação que será instalada. Além disso, o apoio às aeronaves no controle do tráfego aéreo; a utilização de satélites para localizar pontos de ação do narcotráfico, para auxílio às ações da Polícia Federal; a análise das condições geológicas que permitirão levantamento de solos, mapeamento, controle de acidentes geológicos etc. para auxílio ao IBAMA entre outros, são objetivos do SIVAM que se confundem com as Ações do Calha Norte, portanto eles estão perfeitamente interligados”.

Às 13:30h a comitiva, com exceção do Deputado SALOMÃO CRUZ, embarcou, em Búfalo da FAB, para SURUCUCU, em visita ao **4º Pelotão Especial de Fronteira/7º BIS**.

Após as formalidades militares de praxe, foi convidado a pronunciar-se, na qualidade de Presidente da Comissão, o Senador ROMEU TUMA que discursou exaltando o desprendimento e abnegação daqueles homens que para ali se deslocam voluntariamente, muitas vezes com o sacrifício de suas famílias e de sua vida particular para trabalhar em defesa da soberania nacional.

Em seguida passou-se à apresentação, pelo Comandante, das instalações do Pelotão. Foi possível constatar “in loco”, as dificuldades de apoio logístico. A micro-usina que atende àquela unidade sofre paralisação com frequência, uma vez que nem sempre o Búfalo da FAB, único meio de transporte de equipamentos e provisões para aquela área chega em tempo hábil para o reabastecimento, por razões adversas. O problema é mais grave quando ela pifa. Aí a espera chega a durar até uma semana. Daí a impossibilidade de se ter à disposição do serviço médico, medicamentos que requeiram congelamento.

Acrescente-se ainda a necessidade de substituição dos pilaretes de sustentação das unidades instaladas, pois, sendo de madeira e em razão da grande umidade da região, deterioram-se com rapidez.

SUCURUCU é área indígena, cujos índios **YANOMÂMIS** estão em estágio primitivo de vida, dependendo em muito do pelotão para atendimento médico emergencial, principalmente por picadas de cobra. Esta última mais difícil, em razão do curtíssimo prazo de validade das vacinas que ali chegam, além da inexistência de soro liofilizado no País, necessitando importá-lo da Bolívia.

Advertiu-nos o Major **TRISTÃO**, Comandante do Búfalo, sobre a necessidade de embarque imediato para São Gabriel da Cachoeira já que é impossível partir depois de determinado horário, pois aquela aeronave não pode viajar à noite. E isso também se constitui em problema adicional fácil de aquilatar.

Em **São Gabriel da Cachoeira** a Comitiva foi recebida pelo Ten. Cel **PINTO HOMEM**, comandante do **1º. Batalhão de Engenharia de Construção**, ao qual passou em visita, dirigindo-se, logo após, às instalações do CFR/5º. BIS - Batalhão de Infantaria de Selva.

O 5º. BIS é uma tropa exclusivamente para voluntários. É organizado em comandos, duas companhias de fuzileiros e uma base de administração e apoio que enquadra o que era a Companhia de Fronteira e hoje se chama Divisão de Elementos de Fronteira. O efetivo atual do Batalhão é de cerca de 920 homens, boa parte deles indígenas. Isso significa que o índio está buscando a civilização, e os próprios soldados quando dão baixa (são raros os casos, a maioria prefere engajar) retornam à sua comunidade com instrução básica, noções de higiene corporal e de saúde, podendo transmiti-las aos seus.

Sua área de responsabilidade abrange toda a Região do Alto Rio Negro, com pólo em São Gabriel da Cachoeira até o município de Barcelos, totalizando 240mil km², o que equivale a dois terços do território da Alemanha ou uma vez o Estado de São Paulo. Por isso a missão do Batalhão é polinizada, contando com o imprescindível apoio da Força Aérea Brasileira. e com o auxílio de outros 5 Pelotões Especiais de Fronteira, a saber:

- 1º. PEF - **IAUARETÉ** - tem mais ou menos 7.000 pessoas, distribuídas em comunidades no entorno do pelotão. A distância de São Gabriel da Cachoeira é de aproximadamente 250 km em linha reta. 50 minutos de avião e próximo de 10 horas por via fluvial.
- 2º. PEF - **QUERARI** - é dos mais distantes. Tem população com cerca de 600 a 700 habitantes. As distâncias são: aérea 1 hora e fluvial dois dias pois tem que descer pelo Rio UAUPÉS, que por ser bastante encachoeirado, é de difícil navegabilidade.
- 3º PEF - **SÃO JOAQUIM** - Tem cerca de 1.600 pessoas, dista cerca de 330 km de São Gabriel, com distância aérea de 1 hora e fluvial de 4 dias. A navegação é feita pelo Rio IÇANA, que só é navegável até TUNUI para cargas de até 50 toneladas. De TUNUI até SÃO JOAQUIM, apresenta várias corredeiras, o que torna o trecho inviável para embarcações regionais, no transporte de pequenos efetivos.
- 4º. PEF - **CUCUÍ** - É o pelotão de mais fácil acesso. Por isso ele é muitas vezes sacrificado. As viagens aéreas são priorizadas para áreas mais inóspitas uma vez que a CUCUÍ se chega até de ônibus. (que circula 2 vezes por semana). - Distâncias: aérea 30 minutos; fluvial: cerca de 6 horas pelo Rio Negro o ano inteiro, e terrestre, cerca de 5 horas para viaturas maiores.
- 5º. PEF - **MATURACÁ** - É o mais próximo, com cerca de 135 km. A População é próxima de 2.000 mil pessoas englobando as comunidades que gravitam por ali. A distância aérea é de 25 minutos e fluvial e terrestre, cerca de 8 horas.

Além desses 5 PEF, está sendo feito o levantamento topográfico para a ocupação da área de PARI-CACHOEIRA já a partir do próximo ano, atendendo a anseio das comunidades, que reivindicam a presença do Exército naquela Região.

A área de maior atuação é em São Gabriel da Cachoeira, (cerca de 90mil km² e 40mil habitantes).

É uma região de grande valor geológico com destaque para o nióbio, cassiterita e mesmo, o ouro em especial no morro do Sivat e no Maciço do Pico da Neblina, por isso sempre se encontram garimpeiros por ali, mas que não representam ameaça pois são em pequeno número, variando entre vinte e trinta homens, cujas atividades destinam-se tão somente à sua subsistência.

Um dos problemas mais sérios que o Batalhão enfrenta na área é a carência de moradia para atender a 54 sargentos e 6 oficiais fazendo com que eles se obriguem a deixar suas famílias para morar no próprio quartel, o que causa delicados problemas de ordem social já que se afastam por longo tempo do convívio com seus familiares.

O apoio logístico é feito basicamente por MANAUS, em termos de subsistência principalmente, e graças aos aviões da FAB. O Batalhão recebe um grande reforço, estoca, loteia e distribui aos Pelotões de Fronteira. A sobrevivência dos Pelotões de Fronteira é calcada na ação da Divisão de Elementos de Fronteira e da FAB. Embora mantenham pequenas culturas de subsistência (hortaliças, frutas tropicais e pequenas criações) apenas para cobrir eventuais deficiências no suprimento de alimentação.

O avião mais importante para a região é o Búfalo, que transporta até 4.000 kg de carga, auxiliado pelo Bandeirante, para atendimento de toda a área do Calha Norte. E há que se destacar o esforço hercúleo que os militares da aeronáutica tem feito para manter essas aeronaves. Muitas delas sucateadas para o atendimento imediato de manutenção das que se apresentam em melhores condições.

Os pelotões têm cerca de dois meses de autonomia de suprimentos entre combustíveis, gêneros de primeira necessidade, material de trabalho e alimentos descongelados.

Importante ressaltar que esses pelotões atuam também como pólo de atração de atendimento de saúde, ou seja, eles chamam para si a responsabilidade na área de saneamento básico, vacinação, atendimento

ambulatorial de emergência entre outros. Existe em cada unidade, permanentemente, um médico, um dentista e um farmacêutico. A população civil e até mesmo militares estrangeiros buscam atendimento médico dos pelotões. Portanto, seria interessante dotar essas unidades de ambulâncias para casos mais urgentes em que o paciente não possa ser transportado. Existem situações em que as mulheres, por uma questão da cultura indígena da região, sofrem de letargia, doença na coluna causada pelo excesso de peso que elas carregam no decorrer de suas vidas, ficando, muitas vezes, impossibilitadas de se locomover. Neste caso, o atendimento tem que ir até elas.

Além da assistência médica os pelotões ainda mantêm em funcionamento as escolas. Algumas estão abandonadas mas já se cogita recuperá-las. Existe em São Gabriel da Cachoeira uma Escola Agrotécnica com capacidade para atender a até 2.000 alunos. Suas pesquisas são voltadas basicamente para o estudo do solo da região, que por ser bastante pobre, dificulta a produção de alimentos. Procura-se, nesse caso, buscar o desenvolvimento de culturas alternativas.

Todos os pelotões são providos de edificações chamadas pavilhão de terceiros, destinados ao abrigo de pessoal civil de órgãos governamentais e estaduais (IBAMA, FUNAI, Receita Federal, entre outros) mas que raramente são ocupados. Pediu-se até a desativação de um desses pavilhões em SÃO JOAQUIM, de vez que, no entender daquele Comando, prestava um desserviço à comunidade.

Para encerrar, o Comandante PINTO HOMEM destacou as necessidades mais prementes para o Calha Norte naquela Região:

- **A infra-estrutura do Porto fluvial de Camanaus é prioritária em relação ao asfaltamento da estrada para MATURACÁ, embora esta também seja de grande importância para a região.**
- **Recursos para manutenção do patrimônio** (Batalhão e PEFs). Os pilares de sustentação dos pavilhões, em sua maioria de madeira que embora tratada, necessitam ser trocados, em virtude do desgaste prematuro por ação da umidade que é, não raras vezes, de 100% além da grande incidência de chuvas. (a opção é substituí-los por pilares de concreto).

- **A Hidrelétrica de IAUARETÉ** - Sua instalação é importante para as comunidades, pois a previsão de consumo para os Pelotões é estimada em apenas 25% da capacidade da Usina, ficando o excedente distribuído entre IAUARETÉ, QUERARI, e SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, que tem sérias deficiências de energia elétrica, precisando socorrer-se com frequência, do gerador.
- **Pavimentação da pista de QUERARI** - É a única pista de terra entre os pelotões do Batalhão. (serviços preliminares já foram iniciados pelo BEC com auxílio da Comarca).
- **Melhorias no apoio** (principalmente nas condições das aeronaves da FAB).
- **Conclusão da estrada vicinal para MATURACÁ**, que é aspiração de toda a comunidade indígena e batalhão.
- **Investimentos na área educacional, saúde e geração de empregos.** (espera-se a ação do Estado).
- **Investimentos na área militar**, principalmente transporte fluvial e comunicações.
- **Ativação da telefonia por satélite**, mais conveniente à região. A comunicação com o restante do País é bastante deficiente.
- **Modernização das redes de energia elétrica.** A bacia hidrográfica da região possui excelente potencial hídrico, propício à proliferação de micro-usinas.
- **Investimento em telecomunicações.**

Encerrada a palestra do Comandante, a comitiva foi encaminhada ao Hospital Militar de São Gabriel da Cachoeira, onde constatou o excelente estado das instalações e competente quadro profissional. O Hospital conta com um gerador para contornar a constante falta de energia na região.

No dia seguinte, a comitiva dirigiu-se para CUCUÍ, onde visitaria as instalações do 4º. **Pelotão Especial de Fronteira/5º. BIS**, o que não foi possível em razão de falta de condições para pouso, tendo que retornar à base para reabastecimento.

Em seguida, prosseguiu até **IAUARETÉ** em visita ao 1º. **Pelotão Especial de Fronteira**. Cumpridas as formalidades militares foi convidado a pronunciar-se pela comitiva o Senhor Relator Ad hoc, Senador Carlos Patrocínio. Em seu improviso, cumprimentou a todos e iniciou destacando, a exemplo do Senador TUMA, a bravura daqueles homens que ali estavam perfilados. Emocionou-se ao lembrar seu tempo de caserna e, com a voz embargada, confessou que era a primeira vez que visitara um Projeto de tamanha envergadura, em plena selva Amazônica. Descreveu sua surpresa com a súbita indicação pela Relatora Oficial, Senadora MARLUCE PINTO, que impossibilitada de ir, mas profunda conhecedora da região, optou por indicar alguém isento de vícios anteriores para testemunhar a grandeza do Projeto.

Logo após a comitiva foi conduzida ao prédio do Hospital Municipal de **IAUARETÉ**, que encontra-se desativado, com previsão de ser assumido pelo Exército a partir do próximo ano. A dificuldade maior para a reativação do hospital é alocar ali o pessoal. Não existe mínima infraestrutura. A água utilizada é retirada diretamente do Rio, sem nenhum tratamento, a energia elétrica é escassa. A ausência de moradias é flagrante. É preciso investir primeiro na infraestrutura da área para depois abrir o hospital.

A Comitiva deslocou-se depois para **TABATINGA**, onde pôde novamente testemunhar as dificuldades enfrentadas pela FAB, para manter seus equipamentos na Região. O Búfalo em que viajava teve uma pequena pane no trem de aterrissagem, o que comprometeu o programa em **TABATINGA**, já que foi preciso embarque quase imediato para Manaus em avião de carreira.

Mas ainda assim, pôde-se assistir à exposição do Cel. Braga, Comandante do 8º. **Batalhão de Infantaria de Selva**, que teceu breve histórico sobre a origem do Batalhão e sua área de responsabilidade, que abrange uma extensão territorial de 270.000 Km² com grande vazio demográfico.

Levando-se em conta a densidade demográfica da região, composta pelos municípios de **AMATURÁ** (\pm 1,5%), **ATALAIA** (0,5%), **BENJAMIM CONSTANT**(2,5%), **SANTO ANTONIO DO IÇA** (1,1%), **SÃO**

PAULO DE OLIVENÇA (0,3%), TABATINGA, (9,6%) TONANTINS, JUTAI e JAPURÁ (juntas ficam próximo de 1%). Percebe-se que nas áreas em que existem unidades militares, (Tabatinga e Benjamim) ela é maior. Diante disso podemos fazer a inferência de que a segurança que essas unidades proporcionam, atrai um fluxo maior de pessoas, que integrando-se às ações dos pelotões, promovem o início do desenvolvimento da região.

A área de responsabilidade do Batalhão vai desde a área dos TUCANOS, passando pelo IGARAPÉ DO CASTANHO, Rio TRAÍRA, desce pelo AQUAPÓS até JAPURÁ, seguindo por uma linha geográfica até TABATINGA. Essa é a fronteira colombiana.

A partir de TABATINGA, entrando pelo Rio JAVARI, até a Foz do Rio JAPIRANGA, a área de responsabilidade se estende a 1.300km.

As atividades econômicas da região são basicamente voltadas para a exploração dos recursos naturais como o pescado, a madeira e o ouro.

Fatores sócio-econômicos:

* **Problemas com o narcotráfico.** (na década de 70, grupos de narco-traficantes instalaram-se em Letícia, na Colômbia, de onde organizam remessa de cocaína produzida normalmente em laboratórios ocultados na floresta. Com a estratégia andina, desencadeada pelos Americanos em 1984, que consistia de ações repressivas em território Colombiano e Peruano, os traficantes começaram a migrar para território brasileiro e já tentam se instalar em Tabatinga, procurando investir no setor político e econômico da região.

* **Presença de estrangeiros na área.** Existem declarados cerca de 200 estrangeiros residentes em Tabatinga, mas recentemente, em uma operação conjunta com a Polícia Federal, no Alto Solimões, constatou-se a existência de 10.000 mil estrangeiros, na maioria peruanos, em situação não necessariamente irregular, o que propicia o homizio de traficantes internacionais em território nacional.

* **Ações extrativistas** desordenadas, causando danos ambientais. Recentemente foi aprovada uma lei no Peru proibindo o corte de madeira naquela região. Quando o Itamarati der à Polícia Federal o conhecimento oficial dessa lei, a partir daí, qualquer madeira que descer pelo Rio Solimões, desde que não esteja dentro dos seus planos de manejo, de acordo com as leis ambientais do País, passa a ser ilegal. Extrativismo irregular da madeira é uma constante. (em operação conjunta Exército/Polícia Federal e IBAMA, foi apreendido recentemente, cerca de 19.500 toras que encontram-se armazenadas no Batalhão e estão em litígio na justiça.

* **Na região do grande garimpo** - Acontecimento recente de problemas graves no Rio PURUÊ, que é afluente do JAPURÁ. A maioria dos garimpeiros que atuavam naquela área, deslocou-se para o Rio JUTAI, mais especificamente para o seu afluente, o Rio BÓIA. Há recentes informes de que dentro desse rio existe cerca de 80 a 100 dragas. Esse expediente é utilizado como pretexto para lavagem do dinheiro amealhado com atividade ilegal com a conseqüente degradação do meio-ambiente.

* **Guerrilhas** - muito pouca ação na área. Não há, no trapézio colombiano, nenhum atrativo operacional que possa interessar à guerrilha. Não há oleoduto nem grandes cidades. A única cidade de porte é Letícia e nada mais. A guerrilha precisa de atrativos que renda dinheiro ou propaganda. E nessa região isso não existe.

* **O pescado**. - A frota de pescadores que desce o Rio Solimões está toda nas mãos de colombianos, embora com bandeira brasileira. E a falta de fiscalização permite com que eles levem a carga de pescado até Letícia, na Colômbia, que de lá transportam até Bogotá, tudo isso sem recolher um tostão de imposto. Segundo o Cônsul do Brasil na Colômbia, esse contrabando atinge, às vezes, a cifra de 20 toneladas/dia.

* **O problema da área indígena no Alto Solimões.** Tem-se ali, como população somada, conforme dados da FUNAI, em torno de 23.000 pessoas.

Segundo o Cel. Braga, não há que se falar em “problemática indígena” e sim observar cada grupo isoladamente, no estágio em que está de aculturação.

“Os CURUS, assim como os MATIS e os MAIURUNAS, vivem nus, isolados em áreas indígenas demarcadas na gestão Sidney Possuelo frente a FUNAI, e assim, eles estão com suas culturas preservadas. Outros, como a população TICUNA, já está aculturada e por falta de condições de se desenvolver, estão simplesmente estagnados, entregando-se, muitas vezes, ao alcoolismo e marginalização. Esses homens já estão aculturados. Urge que se faça alguma coisa, para preservar os seus valores. Eles já usam relógio, tem televisão com parabólica, falam no telefone e querem frequentar as nossas escolas”.

“Então, tem que se considerar as peculiaridades e os estágios de cada etnia. Tem que se ver cada grupo isoladamente, no estágio em que está de aculturação e fornecer aquilo que eles precisam. Aqueles que estão isolados e que não estão influenciando ou sendo mortos pelos brancos, estão sendo preservados, porque a área é muito grande.

Recentemente, entretanto, A FUNAI entrou no espaço entre ITUI e o Rio CURUÇA e delimitou uma área de 8,3 milhões de hectares como sendo de “preservação de perambulação”. Essa intervenção inviabiliza o extrativismo. Em consequência, o caboclo que só sabe caçar, pescar, cortar madeira e plantar roça, sobrevivendo portanto, do que explora naquela região, ficará alijado de seu habitat. Essa ação, se não for revista, causará um enorme problema social para os não-índios, porque aqueles caboclos são ribeirinhos, nasceram ali e vivem do que ali produzem, assim como seus filhos.

“BENJAMIN CONSTANT e ATALAIA DO NORTE, por exemplo, são municípios que vivem exclusivamente do extrativismo da madeira. Existem pequenos problemas com o narcotráfico, não se pode negar, mas isso não é regra, é exceção. Portanto há que se pensar com muito cuidado e responsabilidade essa questão, sob pena de se inviabilizar por completo aquela área”.

“Enfim, o índio quer aculturar-se, mas fica à mercê de interesses menores, com litígios que não refletem a realidade da região. Em PARI-CACHOEIRA, por exemplo, a própria comunidade indígena reivindica

a presença de um Pelotão naquela área, onde vários índios já procuram se alistar”.

A presença do Exército proporciona maior segurança para as comunidades indígenas, pois intimida as ações de guerrilheiros, narcotraficantes e estrangeiros com intenção de aliciar nossos índios.

Para o cumprimento de suas missões o 8º BIS conta com duas Companhias de Fuzileiros de Selva, uma Companhia de Comando de Apoio e a Base de Estratégia e Apoio que tem 4 Pelotões Especiais de Fronteira assim distribuídos:

- 3º. PEF - localizado na calha do Rio JAPURÁ
- 2º. PEF - localizado na calha do Rio IÇA
- A sede do Batalhão, junto com o Hospital de Guarnição de Tabatinga (cuja visita constava do programa mas não foi possível realizar) possui um módulo de sub-base logística, com capacidade de prover a logística para toda a área de atuação.
- 4º. PEF - na calha do Rio JAVARI e aprofundando, em PALMEIRA DO JAVARI, o 1º. PEF.

As missões mais específicas do Batalhão resumem-se em:

* **Presença física na área de fronteira**, com os pelotões barrando as principais penetrantes no território nacional.

* **Vigilância da linha de fronteira** feita através do patrulhamento intensivo em postos especiais de bloqueio e controle fluvial e patrulhamento dos rios. (conta com o imprescindível apoio da Marinha).

* **Forças de autodefesa.** Dentro da estratégia desenvolvida pelo Comando Militar da Amazônia, consiste em treinar, nos pelotões, elementos civis para a defesa da periferia do perímetro do pelotão e também para operações de inteligência na área, uma vez que o caboclo, nativo da região, tem melhores condições de trafegar na sua montaria com maior destreza e observar os movimentos de estrangeiros na área, sob qualquer bandeira ou por qualquer motivo. Eles aprendem com mais facilidade olhar e relatar o que viram por já

serem profundos conhecedores da região. Também dentro da estratégia da usura, os batalhões são treinados em forma de combate irregular, isto é, a Companhia Operacional é dividida em destacamentos operacionais de selva, onde os elementos recebem treinamento específico para operar em ambiente de selva. Além disso, essa fração pode cumprir missões de apoio às ações da Polícia Federal no combate ao narcotráfico e apoio ao IBAMA na fiscalização do extrativismo da madeira.

* **Ênfase no patrulhamento.** Consiste na intensificação das ações fiscalizadoras por meio de operações de informações, logística, técnicas especiais, orientação, infiltrações vertical, comunicações, armamento, entre outros.

* **Ações cívico-social,** com o objetivo de mostrar ao nativo o que é o Exército Brasileiro, que é mais especificamente um ótimo “anti-virus” para qualquer ação de ONGs que queiram falar ao povo indígena sobre deveres, ingerência, internacionalização etc. Os índios recebem, na parte da manhã, educação fundamental de 1º. grau no Colégio Duque de Caxias e, na parte da tarde, ensino profissionalizante no Centro de Treinamento Profissionalizante, onde, a cada semestre, são ministrados ensinamentos de duas profissões básicas: por exemplo, marcenaria e rebobinamento de motores.

* **Prevenção e repressão às drogas**

* **Operação com equipamentos eletrônicos** - operação de radar, GPS (aparelho que permite a localização de elementos na selva para o auxílio na transposição de obstáculos, permitindo trafegar na selva com precisão).

* **Atiradores de escolta**

* **Probatório de ilícitos e**

* **Evacuações aero-médicas.**

Missões na fronteira:

Outra missão importante para os Batalhões de Fronteira é o relacionamento com unidades militares dos países vizinhos. Os soldados de fronteira são partícipes dos mesmos problemas, não são melhores nem piores que os outros, apenas devem procurar ajudar-se mutuamente. Na faixa de fronteira, os problemas lá existentes, devem ser resolvidos de comum acordo entre brasileiros, colombianos e peruanos, que são os únicos que têm a incumbência de resolvê-los, e ninguém mais.

*** Atividades logísticas na área fronteiriça:**

O Batalhão desenvolve diversas atividades na fronteira, inclusive de construção, tendo feito o arruamento de todas as casas da região, construção de uma Companhia com seus próprios meios, utilizando-se de mão-de-obra própria, barateando sobremaneira o custo para o Exército nessa área. Não há lucro, não há recolhimento de encargos sociais e nem há a necessidade de pagar salários, pois o assalariado já é funcionário público. Além disso, o soldado é treinado a se acostumar a não precisar de nada, ele é capaz de construir, e com isso, profissionaliza-se.

“Para se ter uma idéia do que é o apoio logístico na Amazônia, as distâncias entre Manaus, Tabatinga e os Pelotões variam entre 1.000 e 1.500 km em linha reta, ou seja, uma balsa que sai de Manaus, leva em média 12 dias para fazer esse percurso. Isso é um problema logístico de grande porte. Por essa razão os pelotões são treinados para superar eventuais dificuldades por atraso no suprimento logístico.

Missões de Apoio e Desenvolvimento:

*** Atendimento médico, odontológico e laboratorial nos PEFs.**

Cada PEF tem um médico, um dentista e um farmacêutico. Até outubro do corrente ano foram atendidos nessas unidades, civis de qualquer credo, religião, etnia, raça ou nacionalidade na seguinte monta:

1º. PEF - em PALMEIRA DO JAVARI, aproximadamente 1.500 pessoas

2º. PEF - em IPIRÁ, no Rio IÇA, aproximadamente 1.600 pessoas

3º. PEF - em JAPURÁ, em torno de 1.900 pessoas e,

4º. PEF - 1.800 pessoas além do atendimento a militares e seus dependentes.

No Hospital de Guarnição de TABATINGA, que oferece atendimento gratuito com verba do SUS, já se tem como atendimentos cadastrados até o primeiro semestre de 96:

Militares e dependentes em torno 4.000 pacientes;

Civis 16.000 atendimentos;

Indígenas 600; e

Estrangeiros 400.

- **Erradicação de Doenças endêmicas na região:**

As doenças endêmicas predominantes são LEISCHMANIOSE e MALÁRIA, de difícil combate na área. A Malária surge com maior incidência, mais acentuadamente no Vale do JAVARI. Tenta-se amenizar borrifando a área, e fazendo-se campanhas de orientação, mas sem sucesso. A malária está presente na região.

- **Unidades educacionais de fronteira de Tabatinga.**

Desenvolve-se intenso trabalho de educação na área. O Exército é responsável por aproximadamente 8.000 crianças distribuídas em 10 unidades educacionais, sendo algumas já informatizadas e ministrando treinamento de informática aos alunos. A rede municipal de ensino responde por 6.000 alunos, então a população em idade escolar é de 14.000 crianças, o que representa nada mais, nada menos do que 40% de toda a população do Município, que é de 35.000 habitantes, em sua maioria jovens, equivalente à população de LETÍCIA, na Colômbia.

TABATINGA resente-se da falta de escolas de 3º. grau. A única escola superior existente é em BENJAMIN CONSTANT, mas essa não supre as necessidades da região.

Outro problema crônico na região é a ausência de empregos. TABATINGA tem basicamente quatro opções:

A primeira delas é ser Soldado ou Cabo do Exército, com salários que variam entre 650 a 800 dólares.

Depois vem o funcionalismo público estadual ou municipal;

Em seguida, Comerciante, ou comerciário, este último é normalmente aviltado, ganhando, muitas vezes, menos do que um salário mínimo.

E, em quarto lugar, soldado do narcotráfico.

Essa é a realidade. Não há opção de emprego para o tabatinguense, daí o esforço do Exército na educação.

* **Transporte de materiais e merenda escolar** - O Batalhão recebeu recentemente do Exército, uma balsa com 80 toneladas de material escolar e suprimento alimentar para as escolas.

* **Manutenção de internatos;**

* **Campanhas de vacinação;**

* **Hospedagem a terceiros** - Os professores, que prestam assistência às comunidades do interior são hospedados nos pavilhões de terceiros, instalados nos pelotões;

* **Provimento de meios de comunicação** - O único meio de comunicação em TABATINGA é a telefonia social, instalada no Batalhão. Não há outro meio. Há a premente necessidade de uma comunicação mais eficiente, como, por exemplo, telefonia por satélite, que é a mais adequada à região.

* **Asfaltamento de ruas em Tabatinga;**

Operação São Francisco: De iniciativa do Comando do 8º. BIS, mas inserida no contexto do Calha Norte, tem por objetivos:

Incentivar o desenvolvimento na linha de fronteira em torno dos pelotões.

Vivificar a fronteira através do assentamento de colonos,

Incentivar a instalação de mini pólos industriais em TABATINGA.

Orientar os nativos no sentido de planejar o extrativismo vegetal

Prover o desenvolvimento auto-sustentável em convênio com instituições públicas e privadas, interessadas em preservar o ecossistema e dar condições ao desenvolvimento da região, promover o desmatamento planejado, em áreas de influência.

Desenvolver as comunidades indígenas periféricas, que estão estagnadas, embora aculturadas, dando-lhes oportunidade de aliarem-se ao projeto, capacitando-os para a convivência com a comunidade civilizada.

Desenvolvimento, junto à comunidade, de projetos de pesca e piscicultura.

Explorar o potencial turístico da região. Em JAPURÁ, por exemplo existem lindas cachoeiras, reservas ambientais muito bonitas, além dos Rios IÇA e JAVARI que são ótimos pesqueiros. Essas áreas já são visitadas por turistas estrangeiros (ingleses, franceses) que manifestam grande interesse pela região.

Criação de pólo de pesquisas de produtos farmacêuticos - O Exército conta com o auxílio dos TICUNAS para coletar amostras de plantas que eles consideram medicinais. Então foram colhidas, num raio de 2 km, em torno de 100 espécies de plantas. Elas foram desidratadas, catalogadas e encaminhadas ao INPA para análise. Das 100 espécies analisadas, constatou-se que 95 delas possuem propriedades medicinais, terapêuticas, seja por ingestão, por unguento, por infusão etc. O INPA recomendou sigilo dessas informações, pois os estrangeiros, mais especificamente os americanos, já tem feito pesquisas na área para patentear essas plantas. Os TICUNAS demonstraram apurado conhecimento de medicina alternativa.

Criação de um pólo madeireiro envolvendo a exploração racional e seletiva de madeira de lei e outras madeiras nobres, com atenção especial para o remanejamento florestal, que consiste em lotear determinada área, explorar ordenadamente a madeira promovendo o replantio das espécies retiradas.

Enfim, dentro do novo contexto do Projeto Calha Norte, pretende-se que o Exército, antes de unidade de defesa e controle da fronteira, passe a ser também, aliado à igreja e a demais lideranças civis, um elemento capacitador, que permita ao nativo, embora preservando a sua cultura, integrar-se ao desenvolvimento planejado da região, de forma que ele possa gerar sua própria renda, e fique afastado da influência do narcotráfico.

Encerrando a palestra, o Cel. Braga citou frase do Gen. Rodrigo Otávio

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil foi para os nossos antepassados conquistá-la e mantê-la”.

Finalmente, como última etapa do programa de visitas, a Comitativa conheceu o **Centro de Instrução de Guerra na Selva - CIGS** em Manaus., onde são ministrados cursos de sobrevivência na Selva a militares, voluntários civis e militares de nações amigas. Possui, também um zoológico que se destina à preservação de espécies da região, bem como estudos para sua reprodução em cativeiro.

III - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO CALHA NORTE (segundo depoimento do Gen. Uchoa perante a Comissão)

Apesar da decrescente disponibilidade de fundos e da escassa participação dos outros órgãos da Administração Federal, o PCN consegue exibir um considerável acervo de realizações em seus 10 anos de existência:

Na área de influência de Tabatinga, podemos constatar: a elaboração e implementação do Plano Diretor da cidade; a construção da Via da Amizade, avenida de pista dupla, em concreto, com 3,5 km de extensão, ligando Tabatinga a Letícia, na Colômbia, interligação telefônica entre as duas cidades; implantação dos serviços de saneamento básico, abastecimento de água, coleta de lixo e tratamento de esgoto; criação da Comarca de Tabatinga, com a instalação de duas varas; construção do Entrepasto Pesqueiro; ampliação e melhoramento do Hospital; construção de um moderno Centro Administrativo Municipal.

Na área de influência de São Gabriel da Cachoeira, a construção da ligação rodoviária Ipanoré-Urubuquara, permitindo a integração ao transporte fluvial do Rio Uaupés; construção da rodovia de São Gabriel a Cucuí e início das obras de implantação da ligação de São Gabriel a Maturacá; instalação de um moderno hospital de 50 (cinquenta) leitos, totalmente equipado e em plena atividade; construção e equipamento da Escola Agropecuária para 600 (seiscentos) alunos, já em funcionamento para o 1º ano letivo; construção das instalações e ativação do atual 5º Batalhão de Infantaria de Selva e de 04 (quatro) Pelotões Especiais de Fronteira, nas localidades de Iauareté, São Joaquim, Querari e Maturacá; apoio à instalação, já concluída, da estação de radar que se integrará à rede de sensores do Sistema SIVAM/SIPAM.

Esses dois exemplos bastam para ilustrar a contribuição do PCN ao desenvolvimento da região, mas não esgotam a diversificada gama de realizações concretas plantadas pelo Projeto ao Norte da Calha do Solimões-Amazonas e, muito menos, o seu potencial de produzir benefícios, se os recursos ao mesmo alocados puderem ser restabelecidos nos níveis que alcançaram no final da década passada. Benefícios para as comunidades locais, inclusive de indígenas, benefícios para a preservação da soberania e benefícios para a efetiva integração com os países vizinhos.

Importante lembrar que outros instrumentos se agregam ao Calha Norte no sentido de tornar mais efetiva a presença do Estado na área, procurando garantir aos brasileiros que lá estão, o acesso a bens e serviços disponíveis no restante do País.

Assim é que, também no âmbito da SAE, o Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios de Fronteira (PAFMFF) repassa recursos a serem empregados na construção de obras de pequeno porte nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, contribuindo para fixar o homem na Faixa de Fronteira. No presente ano, lamentavelmente, em face das restrições orçamentárias, este programa perdeu sua pujança e efetividade, uma vez que teve sua rubrica “zerada” no orçamento.

Podemos acrescentar ainda as normas e condições vigentes para a utilização da Faixa de Fronteira que regulam a exploração das diversas atividades econômicas, permitindo o controle de área tão sensível.

Ao longo do ano de 1994 foi elaborada a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, aprovada pelo Conselho Nacional da Amazônia - CONAMAZ, em 17/11/94. Esse documento, fruto do trabalho

colegiado de todos os órgãos federais envolvidos em assuntos da Região, dos governos dos 09 (nove) Estados amazônicos e de organizações não governamentais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, serão agora objeto de revisão definitiva pelo mesmo elenco de órgãos representativos dos interesses da Região e, posteriormente, submetido à apreciação do Congresso Nacional. esse documento, ao fazer um balanço das ações empreendidas na Amazônia, refere-se ao Calha Norte, como projeto “cujo objetivo é o de intensificar a presença brasileira na faixa de fronteira” e o insere no rol das iniciativas tomadas pelo Governo Federal em resposta à preocupação ambiental que se fez presente a partir do início da década de 80.

O Projeto Calha Norte pretende, exatamente, desempenhar essa função de intensificar a presença brasileira na faixa de fronteira, com plena consciência das condicionantes do desenvolvimento sustentável e, portanto, em sintonia com a Política Nacional Integrada para a Amazônia e em estreita colaboração com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Não há dúvida de que a presença brasileira naquela faixa de fronteira deve ser intensificada.

Todos os países dedicam atenção especial à zona fronteira e o fazem mesmo quando não há atritos com os países limítrofes, nem a mais leve ameaça às relações de boa-vizinhança. Fazem-no porque a área de fronteira é particularmente sensível, os problemas nela gerados repercutem muitas vezes ampliados em todos os quadrantes do país e suas comunidades, talvez pela distância que as separa do centro geográfico da nação, precisam saber-se vinculadas ao núcleo do poder e objeto permanente de seus cuidados.

Cabe aqui destacar a elevada credibilidade de que desfrutam as nossas Forças Armadas junto às comunidades fronteiriças. O Exército tem, no campo interno, se constituído em elemento aglutinador, agindo no sentido de reduzir tensões e mediar conflitos, contribuindo eficazmente para preservar o equilíbrio nas áreas onde se faz presente.

A disseminação de Organizações Militares na fronteira, permitindo uma estreita e contínua convivência com os militares dos países vizinhos que têm a mesma missão a cumprir, favoreceu o desenvolvimento de sentimentos salutarres de confiança mútua e de necessidade de colaboração, proporcionando a exata compreensão do sentido puramente defensivo dos

efetivos militares presentes na fronteira e afastando o risco de agravamento de eventuais incidentes fronteiriços.

Merece registro o importante papel integrador exercido por nossa Marinha de Guerra e pela Força Aérea Brasileira, tornando factíveis muitas das ações realizadas em proveito do PCN.

Dentre a gama de realizações do Calha Norte, ao longo desses dez anos, merecem destaque, além dos inicialmente citados na área de influência de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira:

- Nos Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais:

- ◆ dinamização do trabalho das Comissões Mistas de Demarcação da Linha de Fronteira, cuja extensão, na região do Calha Norte, atinge 6.771km;
- ◆ construção de cerca de 600 (seiscentos) novos marcos fronteiriços, particularmente na fronteira com a Venezuela; e
- ◆ construção da Via da Amizade, uma avenida de dupla via, com canteiro central e 3,5km de extensão, ligando as localidades de Tabatinga, no Amazonas-Brasil, a Letícia-Colômbia.

- Nos Projetos Especiais para Aumento da Presença Brasileira na Área:

No setor do Exército:

- ◆ conclusão do Quartel e conseqüente ativação do 5º Batalhão Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira (AM), atual 5º Batalhão de Infantaria de Selva;
- ◆ término das instalações dos aquartelamentos e ativação de 05 (cinco) Pelotões Especiais de Fronteira, nas localidades de Iauareté (AM), São Joaquim (AM), Querari (AM), Maturacá (AM) e Surucucu (RR);
- ◆ construção, ainda em fase de implantação, de outro Pelotão, na localidade de Auaris (RR);
- ◆ construção da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista (RR) e suas unidades subordinadas;
- ◆ obras diversas de construção e ampliação de unidades militares de fronteira;

- ◆ apoio comunitário através do pessoal e instalações de saúde, e
- ◆ construção dos pavilhões de terceiros.

No setor da Aeronáutica:

- ◆ construção, ampliação e execução asfáltica de 20 (vinte) pistas de pouso, essenciais à continuidade do apoio logístico a ser prestado. Cabe assinalar que há localidades que, presentes guarnições do Exército e/ou comunidades indígenas, só se alcança por meio de transporte aéreo. Dentro da programação estabelecida, encontram-se em operações aeródromos de apoio em:

AMAPÁ	RORAIMA	AMAZONAS	PARÁ
AMAPARI	BONFIM	MELO FRANCO	TIRIÓS*
PALIKUR	NORMANDIA	JANDU-CACHOEIRA	
CUMARUMÃ	BV-8	ESTIRÃO DO OESTE*	
	SURUCUCU*	PALMEIRAS DO JAVARI*	
	AUARIS*	IPIRANGA*	
	BAIXO MUCAJAI	VILA BITENCOURT*	
	PAAPII	IAUARETÉ*	
	UAICÁS	QUERARI	
	ERICÓ	SÃO JOAQUIM*	
		CUCUÍ*	
		MATURACÁ*	

* Aeródromos já asfaltados.

No Setor da Marinha:

- ◆ construção do pier da Base Naval de Val-de-Cães;
- ◆ ligação definitiva do Cais da Estação Naval do Rio Negro;
- ◆ aquisição e entrada em operação de 2 (duas) “Agências Flutuantes” e 4 (quatro) embarcações rápidas;
- ◆ construção de 3 (três) lanchas-patrolha e 1 (uma) lancha-balizadora; e
- ◆ apoio médico e odontológico às populações ribeirinhas, por meio de 2 (dois) navios de assistência hospitalar.

- No Projeto Especial para Ampliação da Infra-Estrutura Viária:

- ◆ ligação Ipanoré-urubuquara, no Município de São Gabriel da Cachoeira (AM), permitindo a integração ao transporte fluvial no Rio Uaupés;
- ◆ ligação de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí - pequeno trecho da BR-307;
- ◆ conservação do trecho da BR-174 entre Caracaraí e Boa Vista;
- ◆ conservação do trecho da BR-401 de Bonfim a Normandia;
- ◆ implantação da ligação Calçoene a Oiapoque, trecho da BR-156;
- ◆ planejamento e estudos da ligação Maturacá-Tiriós, trecho da BR-210 e BR-163, aproveitando segmentos já construídos da Perimetral-Norte; e
- ◆ início das obras de implantação da ligação de São Gabriel da Cachoeira a Maturacá, através da BR-307, que possibilitará o transporte rodoviário da produção agrícola da comunidade indígena de Maturacá para o mercado consumidor de São Gabriel da Cachoeira.

- Nos Projetos Especiais para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos no Estado do Amazonas:

- ◆ construção de poços tubulares em Estirão do Equador, Vila Bitencourt, Ipiranga, Palmeiras do Javari e São Gabriel da Cachoeira;
- ◆ construção de instalações para alojamentos de profissionais de saúde em Pari-Cachoeira e Taracuá;
- ◆ construção de 1 (uma) unidade de distribuição de alimentos da CONAB em São Gabriel da Cachoeira;
- ◆ construção e equipamento de Centros de Saúde em Pari-Cachoeira e Içana do Rio Negro - áreas indígenas;
- ◆ aquisição e entrada em operação de Unidades Volantes de Saúde - barcos - em número de 4 (quatro), para atendimento nos distritos e comunidades isoladas do Alto Rio Negro;
- ◆ alocação de pessoal de saúde em Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá e na Região do Alto Rio Negro;

- ◆ instalação de 1 (uma) Unidade Mista de Saúde, com 25 (vinte e cinco) leitos, em Iauareté - que ainda se encontra inoperante;
- ◆ instalação de 1 (uma) Unidade Mista de Saúde, com 50 (cinquenta) leitos, em São Gabriel da Cachoeira (AM);
- ◆ fornecimento de farmácias básicas - 1 (uma) para cada 3.000 (três mil) habitantes, em periodicidade semestral - para Unidades Mistadas e Volantes de Saúde dos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro;
- ◆ instalação e fornecimento de equipamentos para Postos de Saúde em Pari-Cachoeira II e taracua - áreas indígenas;
- ◆ fornecimento de equipamento completo para o Centro de Saúde de Atalaia do Norte;
- ◆ construção, fornecimento de equipamento e a operação de Postos de Saúde nas Comunidades de Guanabara III, Prosperidade I, II e III, Surucucu, Niterói, Crajari, Veneza, São Pedro, São Raimundo, São Leopoldo e Belo Horizonte, todas no Município de Benjamin Constant;
- ◆ instalação de creches em São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Barcelos;
- ◆ realização de campanhas de vacinação e erradicação de doenças endêmicas, em todos os municípios da Faixa de Fronteira;
- ◆ ampliação e modernização das instalações do Hospital do Exército em Tabatinga;
- ◆ construção da Escola Agropecuária de São Gabriel da Cachoeira para 600 (seiscentos) alunos de 1º e 2º graus;
- ◆ implantação do Colégio Agropecuário de Benjamin Constant, objetivando, em nível de 2º grau, a formação de técnicos nos setores de criação de pecuária e produção agrícola;
- ◆ recuperação de mais de uma centena de salas de aula das redes de ensino escolares municipais;
- ◆ instalação do Centro de Treinamento Profissional, em Tabatinga, para o aprendizado industrial, e
- ◆ interiorização, na região, para assistência às populações, de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, por meio do Programa de Apoio Social

Especial Integrado - PASEI - coordenado pelo Estado Maior das Forças Armadas, atualmente desativado.

- No Projeto Especial para o Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira:

- ◆ criação de 19 (dezenove) áreas indígenas na região dos índios Yamonami, em Roraima, a saber: Auaris, Uaicás, Surucucu, Cutaiba, Palimiú-There, Ericó, Acapural, Mucajai, Jundiaí, Catrimani, Demini, tootobi, Gurupira, Ajuricaba, Marari, Maruiá, Maturacá, Cauabori, Apui, num total de 2.435.215 hectares para uma população de 9.910 indígenas;
- ◆ criação de mais 16 (dezesesseis) áreas no Amazonas - região conhecida como “Cabeça do Cachorro” - nominadas como: Kuripaco, Cuiari, Yauareté I e II, Içana do Rio Negro, Pari-Cachoeira I, II e III, Evaré I e II, Içana, Aiari, Maku, Cubate, Taracuá, Xiê, Médio Içana, totalizando uma superfície de 2.630.000 hectares para uma população de 23.620 índios;
- ◆ criação das áreas indígenas de Uaçá I e II e Juminá e, na região do Oiapoque com uma superfície total de 463.946 hectares;
- ◆ distribuição de medicamentos e equipamentos de saúde, além de reformas em enfermarias de Postos Indígenas conjugadas à construção e reparo de salas de aula;
- ◆ implantação de Projetos Especiais nos setores de agricultura de subsistência, bovinocultura, caprinocultura, piscicultura e artesanato nas colônias de áreas indígenas criadas;
- ◆ criação de 13 (treze) Florestas Nacionais, a saber: Xiê, Içana-Aiari, Cuiari, Cubate, Piraiauara, Taracuá II, Uruçu, Içana, Pari-Cachoeira I e II, Amazonas, Roraima, abrangendo uma área de 8.565.485 hectares, e
- ◆ criação do Parque Nacional de Monte Roraima, com uma área de 100.000 hectares.

Como podemos inferir, por suas realizações, o calha Norte não se restringe a uma distribuição de postos militares instalados na linha de fronteira. Abrange, também, uma pletora de ações multidisciplinares visando otimizar a presença do Estado e a melhorar as condições de vida dos

brasileiros cuja permanência nessas áreas inóspitas assegura nossa posse plena sobre a região.

IV - O QUE AINDA FALTA FAZER NO CALHA NORTE

Ao eleger-se como prioritária e preferencial a Faixa de Fronteira, todas as ações desenvolvidas pelo Programa se acentuaram nessa faixa. Em conseqüência, a Hinterlândia e a Orla Ribeirinha, mais da metade da área abrangida pelo Calha Norte, pouco auferiram dos benefícios do Programa.

Porém, mesmo na Faixa de Fronteira, ainda se ressentem da consecução as seguintes metas:

a) Na Vigilância Naval:

- . Agências de Capitania em Caracarai (RR) e São Gabriel da Cachoeira (AM);
- . Embarcação para os Serviços de Patrulha e de Polícia Naval e Fluvial (20 lanchas);
- . Agências Flutuantes (11 unidades);
- . Ampliação do Cais Flutuante da Estação Naval do Rio Negro;
- . Navio de Patrulha Naval Fluvial “Calha Norte”;
- . Aviso Hidrográfico Fluvial (um); e
- . Equipamentos de comunicações.

b) Na Vigilância Terrestre:

- . Conclusão da construção da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista (RR)
- . Construção de 5 (cinco) Pelotões Especiais de Fronteira; e
- . Conclusão do PEF de Auaris.

c) Na Vigilância Aérea (Transporte aéreo e implementação de aeródromo):

- . Realizar transporte aéreo em proveito dos projetos e atividades do Calha Norte, já que em determinadas áreas o avião é o único meio de transporte possível;
- . Pavimentação dos aeródromos de Querari (AM), Vila Pacaraima (RR, Bonfim (RR) e Normandia (RR);
- . Melhoramento e manutenção de aeródromos; e

- . Construção de aeródromos em consonância com a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira (apoio logístico);

d) Na Implantação de Pequenas Centrais de Energia Elétrica:

- . Conclusão de pequena central hidrelétrica (PCH) em Auaris (RR);
- . Implantação de PCH em Iauareté (AM) e Ericó (RR); e
- . Manutenção das quatro PCH já instaladas.

e) Na Implantação de Centros de Telecomunicações:

- . Aquisição de equipamentos de comunicações; e
- . Instalação de telefonia nas pequenas comunidades rurais.

f) Na Infra-Estrutura Viária na Faixa de Fronteira Norte:

- . Conclusão da ligação BR-307 - Maturacá (AM);
- . Reparação da ligação Ipanoré-urubuquara - Rio Uaupés, no Estado do Amazonas (complementação da ligação fluvial);
- . Reparação das pontes de acesso às localidades de Cucuí (AM) e de São Gabriel da Cachoeira (AM), ambas na BR-307, que atualmente encontram-se interditadas;
- . Manutenção da BR-307, no trecho entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí; e
- . Conservação e recuperação da BR-156, no trecho Calçoene-Oiapoque (AP)

g) Na Assistência às Comunidades Indígenas:

- . Implantação de projetos de desenvolvimento comunitário - saúde, educação, atividades produtivas e artesanato;
- . Melhoramento nas instalações hospitalares da FUNAI em apoio às comunidades indígenas.

h) Na Educação na Faixa de Fronteira Norte

- . Aquisição e distribuição de material escolar às escolas de ensino primário, de forma plena e com regularidade.

i) Na área de saúde:

- . Operacionalizar o hospital de Iauaretê (AM), assim como os postos de saúde de Içana (AM) e Pari-Cachoeira (AM) (ainda não entregues pela empresa SERVLEASE ao Estado do Amazonas).

Além das realizações a desenvolver nos projeto/atividades supracitados, justo se torna também, a alocação de medidas visando à consecução de obras e ações de relevante apelo sócio-econômico para a Região, tais como:

- . saneamento básico nos pólos de desenvolvimento de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, com prioridade para São Gabriel da Cachoeira;
- . oferta de energia elétrica compatível com a demanda, particularmente nas localidades de Macapá e São Gabriel da Cachoeira;
- . pequenas obras de infra-estrutura portuária que permitam a utilização de transporte intermodal para as localidades afastadas das calhas dos grandes rios;
- . melhoria no sistema de telecomunicações, em especial nas pequenas comunidades rurais da Fronteira Norte distantes dos grandes centros regionais, permitindo um trânsito de informações confiável e oportuno;
- . incremento do relacionamento bilateral, proporcionando facilidades que permitam intensificar o comércio na região de fronteira, particularmente com Venezuela e Colômbia;
- . aumentar e aperfeiçoar os meios disponíveis de Polícia Federal e Receita Federal nos postos de contexto internacional, visando minimizar a ocorrência de ilícitos;
- . buscar assegurar recursos em saúde aos núcleos populacionais dispersos, pela aproximação entre a administração federal e os representantes estaduais e municipais na tentativa de encontrar soluções próprias para a realidade da área; e
- . incentivar a implantação de projetos no setor de agricultura de subsistência e criatório de bovinos, caprinos e peixes, entre outros.

Todas estas atividades certamente concorrem para a garantia do desenvolvimento da Faixa de Fronteira Amazônica. Este desenvolvimento tão mais efetivo será quanto mais tivermos sensibilidade,

vontade e capacidade para aperfeiçoar os dispositivos já de nosso conhecimento e domínio.

V - CONCLUSÕES:

Quando interpelado o Gen. TIBAU sobre o Projeto Calha Norte, pelo Senador CARLOS PATROCÍNIO, Se valeu à pena. Se deveria ter continuidade. A maneira como ele respondeu, emocionado, relatando as agruras da época de pioneiro, e as dificuldades do agora, veterano. Deixou a todos igualmente emocionados.

As demais autoridades que ali estiveram e que relataram experiências nas áreas em que atuaram, na região amazônica antes do Calha Norte e durante a sua implantação, como no caso do Gen. UCHOA e do Cel. ARCHIMEDES, que deram embasado testemunho técnico da execução do projeto hoje em dia.

O Calha Norte já cogita conviver com as grandes áreas indígenas na região amazônica, como é o caso dos YANOMÂMIS, em cuja área visitamos o Pelotão de SURUCUCU onde ouvimos o Senador ROMEU TUMA, em seu discurso, exaltar o desprendimento daqueles bravos soldados, em defesa da soberania nacional, dando insuspeito testemunho da importância do Calha Norte para o País.

Por tudo o que presenciamos, em SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, onde unidade de saúde outrora abandonada, hoje se apresenta como Hospital modelo, além da Escola Agrotécnica em pleno funcionamento. Acrescente-se a tudo isso, o enorme potencial turístico existente na região.

O eloqüente discurso do Senador CARLOS PATROCÍNIO, que convidado a se manifestar na apresentação do Pelotão de IAUARETÉ, emocionou-se e, com a voz embargada, descreveu a impressão de sua primeira visita àquela região, e pôde, pela primeira vez ver de perto o que realmente representa para aquela gente, o Projeto Calha Norte, que ele apenas conhecia por esparsas notícias nos jornais, como um projeto essencialmente militar.

As ações no combate ao narcotráfico; as relações outrora conflitantes com índios e sertanistas caminhando para o entendimento em razão das ações sociais ali desenvolvidas por aqueles abnegados soldados.

A Cidade de Tabatinga, hoje com 13 anos, desde que emancipada como Município, é uma realidade. Possui um hospital controlado pelo Exército, que, apesar da grande demanda, atende com qualidade, além da população civil da região, enorme quantidade de peruanos e colombianos.

A preocupação do Exército com o narcotráfico que ali já tenta se instalar, embora não tenha causado ainda maiores problemas.

As modernas instalações do Centro de Instrução de Guerra na Selva - CIGS, de Manaus, que ministra cursos e treinamentos de sobrevivência na Selva aos seus militares, civis voluntários e a militares de nações amigas.

Enfim, nosso testemunho nada mais poderá acrescentar à realidade do Calha Norte. Os problemas que hoje configuram a conjuntura regional, e que ali presenciamos, já são de todos conhecidos:

- * enorme carência de transporte aéreo;
- * necessidade de incremento das ligações terrestres complementares aos trechos fluviais;
- * ausência do poder público federal e estadual em grande parte da região, em particular nos pontos mais distantes;
- * permanente existência das questões sociais envolvendo índios, não-índios, fazendeiros, posseiros, garimpeiros e aproveitadores;
- * surgimento da preocupação com os ilícitos ocorridos em países vizinhos, em particular a crescente aproximação da narco-guerrilha colombiana de nossa fronteira mais a oeste (CABEÇA DO CACHORRO);
- * ocupação do vazio de poder, decorrente da ausência do poder público na área, pelas ONG e por Missões Religiosas e:
- * influência de comunidades colombianas, detentoras de melhores condições de assistência social, sobre as comunidades indígenas brasileiras na fronteira.

Tudo isso, por si só, justifica a imediata provisão de recursos para a revitalização daquele projeto, que certamente, cedo ou tarde, assumirá a sua condição de auto-sustentável em razão do iminente progresso econômico que poderá levar até aquela região.

O Programa Calha Norte, por seus objetivos e por suas características, inegavelmente é prioritário para a integração da área ao restante do País, afirmando a presença do Estado e criando melhores condições aos brasileiros que aviventam a Fronteira Norte.

As necessidades fundamentais e imediatas identificadas por ocasião do estudo gerador do PCN permanecem válidas, porque a carência de recursos alocados retardou a execução dos projetos específicos, e o quadro sócio-econômico nacional se manteve praticamente inalterado.

As necessidades do Calha Norte para continuidade das obras em 1997, segundo levantamento da SAE, e conforme projetos encaminhados à Presidência da República são:

Para SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM	
Porto de Camanau	R\$ 455.000,00
Acesso ao porto	R\$ 3.200.000,00
Vicinal de Maturacá	R\$ 5.500.000,00
PCH de Iauareté	R\$ 8.000.000,00
Para TABATINGA-AM	
Água Potável	R\$ 4.000.000,00
Esgoto Sanitário	R\$10.000.000,00
Para CALÇOENE - AP	
PCH - Cachoeira Rasa	R\$ 8.000.000,00
Para VILA PACARAIMA-RR	
Recuperação da pista de pouso	R\$ 4.300.000,00
Para TIRIÓS - PA	
Ampliação e recuperação da pista de pouso	R\$ 9.709.000,00
Total de recursos necessários:	R\$53.164.000,00

Nos cinco primeiros anos de existência (1985-1990), o PCN aplicou a maior parte do seu montante total de verba, cumprindo as obras básicas de infra-estrutura (construção e ampliação de quartéis,

aeroportos e bases navais), promovendo o reequipamento das instalações militares e a aquisição de barcos para transporte, sendo que, em 1989, houve uma injeção maior de recursos.

A partir daí esses recursos reduziram-se drasticamente limitando-se apenas a despesas de manutenção, conforme se pode verificar pelos dados a seguir|:

ANO	TOTAL
	(Valores em milhões US\$)
1986	14,120
1987	14,916
1988	16,298
1989	47,311
1990	16,357
1991	9,652
1992	9,261
1993	5,616
1994	6,591
1995	4,748
TOTAL	144,870

O Governo Federal apresenta, na Proposta de Lei Orçamentária para o Calha Norte, em 1997 os seguintes valores assim distribuídos:

	Valores em R\$ 1,00
. Transporte aéreo e implantação de aeródromo	1.100.000,00
. Reaparelhamento Naval	1.091.696,00
. Unidades Militares de Fronteira	1.921.152,00
. Implantação de PCH	100.000,00
. Implantação de Centrais de Telecomunicações	33.000,00
. Construção e Manutenção de Rodovias	166.700,00
. Distribuição de Material Escolar	60.000,00
. Marcos Demarcatórios	000
. Assistência e Proteção às Comunidades Indígenas	34.229,00
T O T A I S	4.506.777,00

Nesse caso, os recursos previstos estão muito aquém do mínimo necessário para a pretendida revitalização do Projeto.

Diante desse quadro, há que se dar razão ao Senhor Deputado JAIR BOLSONARO, quando salientou que o Governo não tem dedicado ao Projeto Calha Norte a atenção que ele requer. E os números aqui citados justificam plenamente a sua observação.

VI - RECOMENDAÇÕES:

1. Constituir uma Comissão de Acompanhamento e Controle, cujos membros efetivos seriam representantes dos Ministérios que devessem ter atuação no âmbito do PCN, mas que seria integrada também por membros convidados que proporcionassem assessoria técnica ou o aporte de suas experiências, caso a caso, conforme a pauta, para o exame regular e continuado da situação naquela área. Caberia a essa Comissão exercer o papel de instrumento de integração do PCN à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal e de compatibilização com outros Programas e Projetos de interesse da Região.

Além de foro para o exame dos temas que dizem respeito diretamente à região do Calha Norte - o que traria, como resultado imediato, o maior envolvimento de todos aqueles órgãos no equacionamento da ação e na busca de soluções para os problemas típicos, à medida que surgissem - essa Comissão teria o mérito de servir de caixa de ressonância para as reivindicações da faixa mais remota do território nacional. Reivindicações das comunidades locais e exigências da segurança nacional passariam a ser mais bem conhecidas das autoridades responsáveis e da opinião pública.

2. Devem ser fortalecidos e ampliados os esquemas de cooperação bilateral nas Comissões Mistas de Desenvolvimento Fronteiriço que já mantemos, ativas, com alguns de nossos vizinhos amazônicos. O comércio incrementado, as trocas no setor de energia, a parceria nas atividades de mineração, desde a pesquisa até a recuperação das áreas mineradoras, a colaboração nas áreas de saúde e saneamento, as relações de vizinhanças entre as comunidades dos dois lados da fronteira tornadas mais fluídas e mais firmes pelo interesse comum são aspirações compartilhadas que serviriam para cimentar a integração regional que é o objetivo maior do Tratado de Cooperação Amazônica e uma das prioridades de nossa política externa.

3. Outra dimensão desse processo integrativo seriam as estradas de acesso ao Caribe e ao Pacífico, corredores de progresso em mão-

dupla, cujos estudos de viabilidade há longo tempo aguardam para iniciar-se a convergência de nossas atenções.

Essas ligações rodoviárias, assim como a exploração das possibilidades da interligação das bacias fluviais do Amazonas e do Orenoco, abrem novas perspectivas para a região Norte e muito especialmente para a zona de fronteira.

4. Em reunião recente, da qual participaram todos os ministérios civis e militares, o coordenador do projeto, embaixador Carlos Alberto Pardellas, recomendou a convocação de todos os demais órgãos públicos, envolvidos com a proposta, a assumirem seus postos na Amazônia, uma vez que os obstáculos operacionais para isso estariam superados.

Uma das dificuldades, segundo o coordenador de Programas em Áreas Estratégicas, coronel Rui Alves Catão, seria a transferência de funcionários para a região, localizada acima da calha do rio Solimões, por falta de infra-estrutura e por reações dos funcionários civis a irem para local tão inóspito. Nessa reunião, 43 representantes de 23 ministérios foram comunicados que o problema teria sido contornado, tendo-se criado espaço e acomodações para todos aqueles que ali quiserem se instalar. Existem nos pelotões de fronteira uma edificação denominada Pavilhão de Terceiros, que é destinada ao abrigo de profissionais civis que pretendam dar a sua parcela de colaboração para o desenvolvimento da região. É certo que requer-se ainda algum sacrifício, mas as condições mais críticas já foram, segundo aquela autoridade, em grande parte superadas.

Da parte dos ministérios civis nenhuma proposta concreta foi ainda apresentada mas seus representantes são unânimes em concordar que a coordenação das ações e dos recursos destinados àquela área fiquem a cargo do Calha Norte.

5. Já existe, em princípio, por parte do Conselho Consultivo do Calha Norte, a intenção de se realizar uma reunião, prevista para março de 1997 na sede do SEBRAE, em Boa Vista (RR), com o objetivo de se traçar diretrizes para a ocupação estratégica da área pelos governos estaduais, municipais e iniciativa privada, como forma de contornar o evidente problema da escassez de recursos, já que o governo destinou no Orçamento da União para o próximo ano, apenas R\$ 3,5 milhões.

6. Na reunião da Subcomissão de Poderes do Estado, Representação e Defesa do dia 10/12/96, essa relatoria conseguiu a aprovação parcial de emenda apresentada pela Comissão de Relações de Exteriores, na

qual solicitava aporte de recursos da ordem de R\$ 19.800.000,00 tendo sido contemplados R\$ 4.000.000,00, cuja aprovação definitiva depende ainda de parecer do Relator Geral. Recomenda-se, portanto, gestões junto àquela Relatoria no sentido de se concretizar tal aporte de recursos.

7. Por fim, conclamamos todos os ilustres parlamentares que deram o seu testemunho e a sua colaboração para o bom desempenho dos trabalhos desta Comissão que ora se encerra, a gestionar junto a seus pares no Congresso Nacional, para, utilizando-se de suas prerrogativas, apresentarem emendas aos Orçamentos e Planos Plurianuais futuros no sentido da alocação de recursos que venham a robustecer esse Projeto de grande alcance social para a região Amazônica. Outrossim, estender essas gestões para a rápida aprovação do Orçamento do Calha Norte que, segundo o General Uchoa, tramita na Câmara dos Deputados.

Confiamos no espírito de justiça desta Casa e acreditamos na união de todos no sentido de prestar irrestrita solidariedade à causa. Causa, na verdade, que a todos os brasileiros interessa de perto, principalmente por tratar-se de uma região que se ontem não despertava maiores interesses, hoje é sinônimo de cobiça internacional.

É o Relatório,

Sala das sessões em,

Deputado VIC PIRES FRANCO
Presidente

Senadora MARLUCE PINTO
Relatora

Segue assinaturas dos demais membros da Comissão:

N O M E	ASSINATURA
